Índice

Dados da Empresa	
Composição do Capital	
DFs Individuais	
Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	8
Demonstração do Valor Adicionado	9
Comentário do Desempenho	10
Notas Explicativas	11
Pareceres e Declarações	
Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	20
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	21
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	22

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2018	
Do Capital Integralizado		
Ordinárias	50.000	
Preferenciais	0	
Total	50.000	
Em Tesouraria		
Ordinárias	0	
Preferenciais	0	
Total	0	

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	7.072	10.737
1.01	Ativo Circulante	7.072	10.737
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.384	8.605
1.01.03	Contas a Receber	3.562	66
1.01.03.01	Clientes	2.243	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.319	66
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.126	2.066
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.126	2.066

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	7.072	10.737
2.01	Passivo Circulante	2.267	555
2.01.02	Fornecedores	1.934	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.934	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	270	492
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	150	492
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	120	0
2.01.05	Outras Obrigações	63	63
2.01.05.02	Outros	63	63
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	63	63
2.03	Patrimônio Líquido	4.805	10.182
2.03.01	Capital Social Realizado	50.000	50.000
2.03.02	Reservas de Capital	162.206	67.679
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	162.206	67.679
2.03.04	Reservas de Lucros	13	13
2.03.04.01	Reserva Legal	13	13
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-207.414	-107.510

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
Conta		01/01/2018 à 30/06/2018	01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.160	0
3.03	Resultado Bruto	2.160	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-89.014	-82.907
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-89.014	-82.907
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-86.854	-82.907
3.06	Resultado Financeiro	-13.050	1.201
3.06.01	Receitas Financeiras	3	1.507
3.06.02	Despesas Financeiras	-13.053	-306
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-99.904	-81.706
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-99.904	-81.706
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-99.904	-81.706
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-1,99809	-1,63412

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-99.904	-81.706
4.03	Resultado Abrangente do Período	-99.904	-81.706

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-101.616	-80.323
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-99.904	-81.706
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.712	1.383
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	94.395	42.742
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.221	-37.581
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.605	50.352
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.384	12.771

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	117.679	0	13	-107.510	0	10.182
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	117.679	0	13	-107.510	0	10.182
5.04	Transações de Capital com os Sócios	94.527	0	0	0	0	94.527
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-99.904	0	-99.904
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	-99.904	0	-99.904
5.07	Saldos Finais	212.206	0	13	-207.414	0	4.805

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	50.000	0	13	191	0	50.204
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	50.000	0	13	191	0	50.204
5.04	Transações de Capital com os Sócios	42.742	0	0	0	0	42.742
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	-13	-81.693	0	-81.706
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-81.706	0	-81.706
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	-13	13	0	0
5.05.02.05	Tributos s/ Ajustes de Conversão do Período	0	0	-13	13	0	0
5.07	Saldos Finais	92.742	0	0	-81.502	0	11.240

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	2.391	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-88.000	-82.452
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-88.000	-82.452
7.03	Valor Adicionado Bruto	-85.609	-82.452
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-85.609	-82.452
7.06	VIr Adicionado Recebido em Transferência	3	1.507
7.06.02	Receitas Financeiras	3	1.507
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-85.606	-80.945
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-85.606	-80.945
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.245	455
7.08.02.01	Federais	1.125	455
7.08.02.03	Municipais	120	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.053	306
7.08.03.03	Outras	13.053	306
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-99.904	-81.706
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-99.904	-81.706

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

A Companhia registrou, no segundo trimestre de 2018, um prejuízo líquido de R\$ 59.730 mil, devido principalmente aos custos e despesas de manutenção da Companhia.

Em 30 de junho, foi realizado adiantamento para futuro aumento de capital social no montante de R\$ 94.527,00 totalizando R\$ 162.206,00 (R\$ 67.679 em 2017).

Atualmente a Companhia possui 1(um) patrimônio separado, embora tenha outras emissões em processo de estruturação. A Diretoria da Companhia enfatiza que apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar o seu plano de negócio e honrar com suas obrigações no curto, médio e longo prazo.

A Companhia possui atualmente apenas compromissos financeiros relativos à sua própria manutenção, que estão sendo adimplidos por meio de recursos disponibilizados pelos acionistas.

Atenciosamente,

Vinicius Bernardes B.S.Stopa

Diretor Presidente

Luis Philipe Camano Passos

Diretor de Relações com Investidores

PÁGINA: 10 de 22

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias Período findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em Reais, exceto guando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Travessia Securitizadora S.A. ("Companhia"), foi constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição, realizada no dia 27 de outubro de 2016.

O objeto social da Companhia é a aquisição e securitização de recebíveis imobiliários, a emissão e colocação no mercado financeiro de Certificados de Recebíveis Imobiliários ou qualquer outro título de crédito que seja compatível com suas atividades, nos termos da Lei nº 9.514/97 e outras disposições legais, bem como a realização de negócios e prestação de serviços que sejam compatíveis com as suas atividades de securitização e emissão de títulos lastreados em créditos imobiliários.

Em 15 de setembro de 2017, a Companhia realizou a primeira emissão de CRIs com garantia de Alienação Fiduciária de imóveis que totalizaram R\$ 14.500.000.

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias e principais práticas contábeis adotadas

2.1. Autorização

A autorização para a conclusão e apresentação destas informações financeiras intermediárias foram aprovadas pela Administração em 27 de julho de 2018.

2.2. Base de apresentação

As informações financeiras intermediárias da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Board (IASB).

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações financeiras intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações financeiras intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas pode incluir entre outros a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para litígios e riscos.

PÁGINA: 11 de 22

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias Período findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias e principais práticas contábeis adotadas-Continuação

2.2. Base de apresentação--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações financeiras intermediárias devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissa periodicamente, não superior a um ano.

As informações financeiras intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A Instrução CVM nº 414/04 exige a divulgação das informações relativas às aquisições, retrocessões, pagamentos e inadimplência dos créditos vinculados à emissão de CRI, além das informações anuais independentes, por emissão de Certificados de recebíveis imobiliários sob regime fiduciário, previstas no artigo 12 da Lei nº 9.514/97.

2.3. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

2.4. Imposto de renda e Contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários, estes serão reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização.

	01/01/2018 a 30/06/2018	01/01/2017 a 30/06/2017
Resultado do período	(99.904)	(81.706)
Adições/ (exclusões)	-	-
(-) Compensações de Prejuízos Fiscais	(22.22.1)	-
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	(99.904)	(81.706)
Taxa efetiva para Impostos	24%	27%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente/Diferido	(-)	(-)

PÁGINA: 12 de 22

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias Período findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias e principais práticas contábeis adotadas-Continuação

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.6. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.7. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem caixa e equivalentes de caixa, outros recebíveis, bem como contas a pagar e outras dívidas.

2.7.1. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos principalmente com a finalidade ativa e frequente de negociação no curto prazo. É designado pela Companhia, no reconhecimento inicial, como mensurado ao valor justo por meio do resultado.

2.7.2. Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis com vencimentos definidos e para os quais a Companhia tem intenção positiva e capacidade de manter até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do exercício.

PÁGINA: 13 de 22

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias Período findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de elaboração e apresentação das informações financeiras intermediárias e principais práticas contábeis adotadas--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros--Continuação

2.7.3. Empréstimos e recebíveis

São classificados como empréstimos e recebíveis os ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em mercado ativo.

2.7.4. Novas normas, alterações e interpretações de normas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
IFRS 16 – Arrendamento mercantile	Refere-se à definição e a orientação do contrato de arrendamento previsto na IAS17.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 (equivalente a 1º de julho de 2019 para a Companhia).
CPC 47 - Receitas de contratos com clientes	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 15 – sobre o reconhecimento de receita em transações de contratos com clientes.	Exercícios ánuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018 (equivalente a 1º de julho de 2018 para a Companhia).
CPC 48 - Instrumentos Financeiros	Correlação as normas internacionais de contabilidade – IFRS 9 – Instrumentos Financeiros: classificação, mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge.	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018 (equivalente a 1º de julho de 2018 para a Companhia).

Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas informações financeiras intermediárias da Companhia:

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O projeto de implantação dos novos pronunciamentos CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, CPC 47 / IFRS 15 - Receita de contrato com clientes e IFRS 16 – Arrendamento Mercantil, além da análise preliminar efetuada pela Administração em 2016, incluirá a contratação de especialistas externos para auxiliar a Companhia na identificação e mensuração dos efeitos finais na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados, desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesses novos pronunciamentos.

Até a data da emissão dessas informações financeiras intermediárias, a Administração não finalizou a avaliação dos efeitos desses novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais efeitos. A adoção antecipada dessas novas normas contábeis não é permitida para empresas listadas, de acordo com as práticas adotadas no Brasil.

PÁGINA: 14 de 22

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias Período findo em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e bancos conta movimento	10	10
Aplicação financeira (a)	1.374	8.595
	1.384	8.605

(a) As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas substancialmente por aplicações em fundos de investimentos e são remuneradas a uma taxa média mensal que varia de 98% a 102% do CDI podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da remuneração apropriada.

Durante o período findo em 30 de junho de 2018 a Companhia obteve rendimentos com aplicações financeiras no montante de R\$ 3.

4. Clientes

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Amy Engenharia e Empreendimentos Ltda.	2.243	-
	2.243	-

Os valores a receber de clientes se-refere ao faturamento de prestação de serviços de intermediação na emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários.

5. Outras contas a receber

Em 30 de junho de 2018 o saldo de outras contas a receber refere-se a gastos reembolsáveis com a Amy Engenharia e Empreendimentos Ltda, relacionados ao pagamento de despesas dos patrimônios separados, que serão reembolsados à entidade posteriormente, no valor de R\$ 1.123 (R\$ 2 em 2017).

6. Partes relacionadas

6.1. Transações com partes relacionadas

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Travessia Assessoria Financeira Ltda.	196	
	196	64

Montante referente às operações de mútuo com acionista e controladora para operações usuais de acordo com a avaliação da Administração.

6.2. Remuneração do pessoal-chave da administração

Não houve remuneração paga ao pessoal-chave da Administração no período findo em 30 de junho de 2018.

7. Patrimônio líquido

7.1. Capital social

PÁGINA: 15 de 22

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias Período findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O capital social subscrito da Travessia Securitizadora S.A., em 30 de junho de 2018, é de R\$ 50.000 (cinquenta mil Reais), divididos em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal e sem ações em tesouraria.

Em 29 de dezembro de 2017 o capital social foi totalmente integralizado pelos seus acionistas.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até montante de R\$ 5.000.000 (cinco milhões de Reais), mediante a emissão de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, por meio de deliberação de Assembleia Geral, nos termos do Artigo 168 da Lei nº 6.404/76.

7.2. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

7.3. Dividendos propostos

Feitas as necessárias anotações dos lucros líquidos apurados no balanço anual deduzir-se-ão:

- 5% (cinco por cento) para constituição de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social;
- 25% do lucro líquido ajustado, em conformidade com o disposto no art. 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição, como dividendo obrigatório, aos acionistas;
- O saldo que se verificar após as destinações mencionadas terá a aplicação que lhe for dada pela Assembleia Geral, mediante proposição da Diretoria, observadas as disposições legais.

7.4. Reserva de lucros

A reserva de lucros, conforme definido pelo Estatuto Social da Companhia, tem por finalidade não distribuir a parcela da equivalência patrimonial não realizada financeiramente na forma de dividendos.

7. Patrimônio líquido--Continuação

7.5. Adiantamento para futuro aumento de capital

Em 30 de junho de 2018, foi realizado adiantamento para futuro aumento de capital social no montante R\$ 94.527, totalizando R\$ 162.206, (R\$ 67.679 em 2017).

8. Provisão para contingências

PÁGINA: 16 de 22

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias Período findo em 30 de junho de 2018

(Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia não tem conhecimento e nem registrou em 30 de junho de 2018 qualquer provisão para demandas judiciais, tendo em vista que, com base em seus assessores jurídicos, não possui contingências judiciais com avaliação de risco de perda provável ou possível de perda.

9. Receita operacional líquida

Em 30 de junho de 2018 e de 2017 as receitas operacionais líquidas estão assim compostas:

Descrição	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Serviços prestados	2.390	2.390	=	=
PIS, COFINS e ISS	(230)	(230)	-	-
Total	2.160	2.160	-	-

10. Despesas gerais e administrativas

Em 30 de junho de 2018 e de 2017 as despesas gerais, administrativas e tributárias estão assim compostas:

Descrição	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Serviços prestados – pessoa jurídica	(6.180)	(12.180)	(7.600)	(18.050)
Anúncios e publicações	(28.316)	(28.316)	(17.836)	(41.145)
Cartórios	· -	`	(1.717)	(3.328)
Taxas - Cetip	(16.846)	(37.006)	(15.680)	(15.680)
Taxas CVM/Bovespa	(4.760)	(10.498)	` <u>-</u>	(4.249)
Impostos e taxas diversas	(763)	(1.014)	(56)	(455)
Total	(56.865)	(89.014)	(42.889)	(82.907)

11. Receitas e despesas financeiras

Em 30 de junho de 2018 e 2017 as receitas e despesas financeiras estão assim compostas:

11.1. Receitas financeiras

Descrição	01/04/2018 a 30/06/2018	01/01/2018 a 30/06/2018	01/04/2017 a 30/06/2017	01/01/2017 a 30/06/2017
Receitas Financeiras	1	3	253	1.507
Total	1	3	253	1.507

11.2. Despesas financeiras

	01/04/2018 a	01/01/2018 a	01/04/2017 a	01/01/2017 a
Descrição	30/06/2018	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2017
Despesas bancárias	(5.026)	(13.053)	(158)	(306)
Total	(5.026)	(13.053)	(158)	(306)

12. Instrumentos financeiros

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais. A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando segurança, rentabilidade e liquidez:

PÁGINA: 17 de 22

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias Período findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12.1. Valorização dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos em 30 de junho 2018 são descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa (Nota Explicativa nº 3): o valor de mercado desses ativos não difere dos valores apresentados nas informações financeiras;
- Aplicações financeiras (Nota Explicativa nº 3);
- Contas a pagar.

A Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de riscos.

13. Declaração dos diretores

Em conformidade com o Artigo 25, § 1º, incisos V e VI da Instrução CVM nº 480/09, os Diretores declaram que reviram, discutiram e aprovaram as informações financeiras da Companhia e o relatório dos auditores independentes.

14. Relação com auditores

A empresa de auditoria independente por nos contratada, não realizou nenhum outro serviço durante o exercício social, além da auditoria externa.

15. Informações fiduciárias - informação suplementar

As informações são complementares às informações financeiras intermediárias da Companhia e estão apresentadas de forma completa no Informe Trimestral de Securitizadora de 30 de junho de 2018, conforme instituído pela Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 a as suas alterações.

16. Patrimônio separado

Descrição	30/06/2018	31/12/2017
Ativo circulante		
Caixa e equivalentes de caixa – CRI AMY	275.091	270.906
Recebíveis 1ª operação – AMY	13.407.679	14.180.180
Total dos ativos	13.682.770	14.451.086
Passivo circulante		
Títulos emitidos		
1 ^a Emissão - 4 ^o série CRI - AMY	13.407.679	14.180.180
Outras obrigações	275.091	270.906
Total dos passivos	13.682.770	14.451.086

16.1. Contas a receber

Referem-se às operações de aquisição de recebíveis imobiliários, efetuadas de acordo com as Leis nº 9.514/97 e nº 10.931/04, que dispõem, respectivamente, sobre os CRI e os respectivos lastros (denominados em conjunto "títulos imobiliários").

Foi instituído o regime fiduciário para os recebíveis nos termos do artigo 9º da Lei nº 9.514/97 e artigo 23 da Lei nº 10.931/04, os quais passaram a constituir patrimônio separado com o propósito

PÁGINA: 18 de 22

Notas explicativas da Administração às informações financeiras intermediárias Período findo em 30 de junho de 2018 (Valores expressos em Reais, exceto quando mencionado de outra forma)

exclusivo de lastrearem os referidos títulos, não se confundindo, portanto, com o patrimônio da Companhia.

Os títulos imobiliários, são emitidos sem garantia flutuante da Companhia e com taxa de juros e atualização monetária, na maioria das vezes com alienação fiduciária em garantia, em alguns casos sem coobrigação da cedente.

16.2. Contas a pagar

Representam os valores a pagar aos investidores, responsáveis pela aquisição dos CRI.

16.3. Certificados de créditos imobiliários (CRIs)

1ª emissão

- Série: 4°:
- Data de emissão: 15 de setembro de 2017;
- Valor global da emissão: R\$ 14.500.000;
- Quantidade de CRI: 14.500;
- Quantidade Unitário: 1.000;
- Prazo de amortização: 72 parcelas a partir de 16 de outubro de 2017;
- Juros remuneratórios: 8,05% a.a.;
- Atualização monetária: mensalmente, de acordo com variação do IPCA;
- Data de vencimento: 20 de setembro de 2023.

17. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes relevantes após a data de encerramento do período findo em 30 de junho de 2018.

PÁGINA: 19 de 22

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2018

Aos

Administradores e Acionistas da Travessia Securitizadora S.A.

São Paulo - SP

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Travessia Securitizadora S.A.("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e a norma internacional de contabilidade IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Revisamos, também, a Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao período de três meses findo em 30 de junho de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR) e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatórios financeiros – IFRS´s, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 27 de julho de 2018.

Baker Tilly 4Partners AuditoresIndependentes S.S.

CRC 2SP-031.269/O-1

Fábio Rodrigo Muralo

Contador CRC 1SP-212.827/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Fagundes Filho, nº 443, apto 94-A, São Judas, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conselheiro Crispiniano, nº 105, Conjunto 43, sala 5, República, CEP 01037-001, inscrita no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 ("Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 27 de Julho de 2018.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

Eu, Luis Philipe Camano Passos, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.545.393-1 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 345.394.968-40, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Altino, nº 1619, apto 05 - Torre 01, Jaguaré, DECLARO, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conselheiro Crispiniano, nº 105, Conjunto 43, sala 5, República, CEP 01037-001, inscrita no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 ("Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as demonstrações financeiras intermediárias da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 27 de Julho de 2018.

Luis Philipe Camano Passos

Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Eu, Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.393.860-2 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 218.718.568-09, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Fagundes Filho, nº 443, apto 94-A, São Judas, DECLARO, na qualidade de Diretor Presidente da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conselheiro Crispiniano, nº 105, Conjunto 43, sala 5, República, CEP 01037-001, inscrita no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 ("Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório do auditores independentes da Companhia. São Paulo, 27 de julho de 2018.

Vinicius Bernardes Basile Silveira Stopa

Diretor Presidente

DECLARAÇÃO

Eu, Luis Philipe Camano Passos, brasileiro, solteiro, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 34.545.393-1 (SSP/SP), inscrito no CPF /MF 345.394.968-40, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Altino, nº 1619, apto 05 - Torre 01, Jaguare, DECLARO, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores da Travessia Securitizadora S.A; sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Conselheiro Crispiniano, nº 105, Conjunto 43, sala 5, República, CEP 01037-001, inscrita no CNPJ/MF nº 26.609.050/0001-64 ("Companhia"), nos termos do incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 7 de Dezembro de 2009, que juntamente com os demais diretores da Companhia: (i) revi, discuti e concordei com as opiniões expressas no relatório do auditores independentes da Companhia. São Paulo, 27 de Julho de 2018.

Luis Philipe Camano Passos

Diretor de Relações com Investidores